



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 1.020,00

S U M Á R I O

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 198/23 5654

Aprova a alteração da redacção do n.º 1 do artigo 2.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Presidencial n.º 158/23, de 28 de Julho, que estabelece o Regime de Preços de Transferência aplicável a determinadas operações comerciais na Área de Concessão do Novo Consórcio de Gás.

Decreto Presidencial n.º 199/23 5656

Exonera Henrique Futy do cargo de Consultor do Chefe dos Serviços de Inteligência e de Segurança Militar, Domingos Filipe Kicongo do cargo de Comandante da 2.ª Divisão de Infantaria do Exército, José Adriano Paulino do cargo de Comandante da Região Aérea Norte, Lopes Luís do cargo de Comandante da 6.ª Divisão de Infantaria Motorizada da Região Militar Sul, Receado Francisco Pedro do cargo de Chefe-Adjunto da Direcção de Armamento e Técnica da Marinha de Guerra Angolana, António Manuel Manhonga do cargo de Comandante da 30.ª Brigada de Infantaria Motorizada da Região Militar Leste, António Pessela do cargo de Comandante-Adjunto para a Educação Patriótica da Região Militar Norte, Basílio Sambalanda do cargo de 2.º Comandante da 2.ª Divisão de Infantaria da Região Militar Norte, Cândido Ventura Samucuanha do cargo de Comandante da 32.ª Brigada de Infantaria da 3.ª Divisão de Infantaria da Região Militar Leste, Casimiro Titino Franque do cargo de Chefe do Gabinete de Prevenção de Acidentes da Força Aérea Nacional, José António Calala do cargo de Comandante da 31.ª Brigada de Infantaria da 3.ª Divisão de Infantaria do Exército, José Santos Paulino do cargo de 2.º Comandante da Região Militar Sul, Mário do Carmo Campeão Júnior do cargo de Vogal Suplente do Conselho Superior de Disciplina Militar do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas e João Pedro Adão Cambole do cargo de 2.º Comandante da Região Naval Sul.

Decreto Presidencial n.º 200/23 5658

Cria o Instituto Superior Privado Kiaxi, como Instituição de Ensino Superior privada, na Província de Luanda.

Decreto Presidencial n.º 201/23 5660

Cria o Instituto Superior Católico do Lubango, como Instituição de Ensino Superior privada, na Província da Huíla.

Decreto Presidencial n.º 202/23 5663

Cria a Escola Superior Técnica de Saúde do Huambo, como Instituição de Ensino Superior Privada.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 199/23 de 26 de Outubro

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 122.º e do n.º 4 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com a alínea c) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/93, de 26 de Março — Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o seguinte:

São exonerados os Oficiais Gerais e Almirantes abaixo designados:

1. General (NIP 48174793) Henrique Futy do cargo de Consultor do Chefe dos Serviços de Inteligência e de Segurança Militar, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 25/22, de 26 de Janeiro;
2. Tenente-General (NIP 40478893) Domingos Filipe Kicongo do cargo de Comandante da 2.ª Divisão de Infantaria do Exército, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 201/20, de 30 de Julho;
3. Tenente-General (NIP 10004992) José Adriano Paulino do cargo de Comandante da Região Aérea Norte, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 3-G/08, de 16 de Abril;
4. Tenente-General (NIP 40125693) Lopes Luís do cargo de Comandante da 6.ª Divisão de Infantaria Motorizada da Região Militar Sul, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 29/21, de 26 de Janeiro;
5. Vice-Almirante (NIP 30002792) Receado Francisco Pedro do cargo de Chefe-Adjunto da Direcção de Armamento e Técnica da Marinha de Guerra Angolana, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 219/17, de 26 de Setembro;
6. Brigadeiro (NIP 40042993) António Manuel Manhonga do cargo de Comandante da 30.ª Brigada de Infantaria Motorizada da Região Militar Leste, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 218/17, de 26 de Setembro;
7. Brigadeiro (NIP 46523593) António Pessela do cargo de Comandante-Adjunto para a Educação Patriótica da Região Militar Norte, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 221/11, de 9 de Agosto;
8. Brigadeiro (NIP 68938302) Basílio Sambalanda do cargo de 2.º Comandante da 2.ª Divisão de Infantaria da Região Militar Norte, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 29/21, de 26 de Janeiro;
9. Brigadeiro (NIP 49906893) Cândido Ventura Samucuanha do cargo de Comandante da 32.ª Brigada de Infantaria da 3.ª Divisão de Infantaria da Região Militar Leste, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 115/14, de 29 de Maio;
10. Brigadeiro (NIP 10037892) Casimiro Titino Franque do cargo de Chefe do Gabinete de Prevenção de Acidentes da Força Aérea Nacional, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 109/14, de 21 de Maio;

11. Brigadeiro (NIP 43106293) José António Calala do cargo de Comandante da 31.ª Brigada de Infantaria da 3.ª Divisão de Infantaria do Exército, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 201/20, de 30 de Julho;
12. Brigadeiro (NIP 40144893) José Santos Paulino do cargo de 2.º Comandante da Região Militar Sul, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 179/19, de 22 de Maio;
13. Brigadeiro (NIP 10023292) Mário do Carmo Campeão Júnior do cargo de Vogal Suplente do Conselho Superior de Disciplina Militar do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 110/14, de 21 de Maio;
14. Contra-Almirante (NIP 30029092) João Pedro Adão Cambole do cargo de 2.º Comandante da Região Naval Sul, para o qual havia sido nomeado pelo Decreto Presidencial n.º 132/21, de 27 de Maio.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Outubro de 2023.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

(23-8035-A-PR)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 200/23 de 26 de Outubro

A Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro — Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, alterada e republicada pela Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto, que aprova as Bases do Sistema de Educação e Ensino, prevê a participação de entes privados na promoção da educação e do ensino, contribuindo para a formação de quadros de nível superior;

Tendo sido constatado que estão reunidos os pressupostos técnicos-pedagógicos e infra-estruturais, previstos na legislação vigente no Sistema de Educação e Ensino para a criação de uma Instituição de Ensino Superior privada, na Província de Luanda, concretamente no Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro, conjugado com o Decreto Executivo n.º 337/22, de 10 de Agosto;

Atendendo o disposto no n.º 2 do artigo 119.º da Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro — Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, alterada e republicada pela Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º (Criação)

É criado o Instituto Superior Privado Kiaxi, como Instituição de Ensino Superior privada, na Província de Luanda.

ARTIGO 2.º (Entidade promotora do Instituto Superior Privado Kiaxi)

O Instituto Superior Privado Kiaxi tem como entidade promotora a empresa Socoluf, Limitada.

ARTIGO 3.º (Âmbito e sede do Instituto Superior Privado Kiaxi)

O Instituto Superior Privado Kiaxi é de âmbito nacional e tem a sua sede na Província de Luanda, sem prejuízo da sua expansão, nos termos da lei.

ARTIGO 4.º (Áreas de conhecimento)

1. O Instituto Superior Privado Kiaxi é um instituto superior que desenvolve as suas actividades de ensino, investigação científica e de extensão universitária nas Áreas das Ciências Sociais, Ciências da Saúde e Engenharias e Tecnologias, sem prejuízo de serem autorizadas outras áreas de conhecimento, nos termos da lei.

2. No início do funcionamento do Instituto Superior Privado Kiaxi devem ser ministrados os seguintes cursos:

- Licenciatura em Ciências da Computação;
- Licenciatura em Gestão das Autarquias;
- Licenciatura em Logística e Gestão Comercial.